

A TRADUÇÃO BRASILEIRA DE *O NOME DA ROSA*,
DE UMBERTO ECO *

Enio Aloisio FONDA **

RESUMO: O presente trabalho, que é uma crítica à tradução brasileira da obra em epígrafe, propõe-se enfatizar a responsabilidade do tradutor, bem como a necessidade do domínio não apenas das línguas com as quais se trabalha, como também da formação específica no campo do assunto versado na obra a traduzir.

UNITERMOS: Tradução; crítica; literatura.

Sem dúvida, não é tarefa fácil traduzir um livro como este: volumoso e alentado volume de 562 páginas, referto de longas dissertações sobre temas especializados, de assuntos complicados e onde, a par de arcaísmos intencionais, o Autor manobra seu discurso através de um vocabulário riquíssimo e adrede aplicado, como a caracterizar um estilo que condiga à gravidade daqueles imaginários sete dias de fins de novembro de 1327, durante os quais se desenvolvem os fatos narrados por Umberto Eco.

Foi Haroldo de Campos que sugeriu à Editora Nova Fronteira o nome de Aurora Fornoni Bernardini, Professora de Língua e Literatura Russa na Universidade de São Paulo, para cuidar da tradução desta obra para o português, e esta, por sua vez, convidou a Homero Freitas de Andrade para, juntos, levarem a tradução a seu termo.

A tradução levou menos de um ano, como no-lo afirma Aurora Fornoni Bernardini em artigo publicado no *Jornal da Tarde*, de São Paulo, a 12 de dezembro de 1983.

* Umberto Eco. *O nome da rosa*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1983. 562 pp.

** Departamento de Linguística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19800 — Assis — SP.

O tom do italiano, como escreveu Eco aos tradutores, é levemente arcaico, conforme condiz a um noviço da Idade Média como Adso de Melk.

Os tradutores brasileiros afirmam, no referido artigo, que procuraram manter o tom arcaizante do original e a utilização de “falas” diferentes para personagens diferentes, através de alguns procedimentos como: a) No emprego dos pronomes de tratamento TU e VÓS numa gradação de nuances, que vai do respeito extremo à mais cotidiana intimidade. b) Na colocação dos pronomes oblíquos, que nem sempre obedece às normas tradicionais da gramática, mas reproduz estrutura semelhante à dos textos medievais portugueses, onde se percebe ainda a não sintetização da próclise ou ênclise. O uso mesoclítico do pronome teria sido observado apenas em casos de um discurso mais pedante ou retórico. Por outro lado, ainda no que se refere à colocação pronominal, os tradutores asseveram ter evitado o uso do pronome como objeto direto e indireto ao mesmo tempo (lho, lha, lhos, lhas), que daria um tom “lusitano” (!) ao texto. c) A pontuação obedeceria antes ao ritmo do discurso do que propriamente à pura convenção tradicional. d) Os nomes próprios italianos seriam mantidos no original, com exceção dos nomes de personagens históricos conhecidos, santos ou fundadores de seitas. e) Os nomes estrangeiros seriam traduzidos para o português, exceto casos de personagens já consagrados em nossa língua: Roger Bacon, por exemplo.

Com relação aos nomes estrangeiros, se fazem necessárias umas observações pertinentes.

Rabán Mauro (p. 81) e Rabán de Toledo (p. 95) deveriam aparecer como Rabano, que é a forma consagrada pela tradição. Em vez de Melchior (p. 256), estaria melhor Mέλquior; e, na mesma página, Merquisardo, em vez de Merquisard.

Não encontra explicativa a falta de acento nos nomes próprios de autores latinos: Apuleio (p. 157), Ausonio (p. 159), Boécio (p. 157), Calpurnio (p. 138), Maximio e Metrorio (p. 356) e Servio (p. 356).

Outros latinos aparecem sob formas nada compatíveis com as normas vigentes: Marrão (p. 356), em vez de Marão (i.é, Públio Virgílio Marão); Fronton (p. 363), em vez de Frontão (i.é, Marcos Cornélio Frontão); Hélio Spaziano (p. 158), em vez de Élio Espaciano; Calpurnio Pison (p. 138), em vez de Calpúrnio Pisão; Stazio (p. 165), em vez de Estácio (i.é, Públio Panínio Estácio); Silius Italicus (p. 95), à latina, em vez de Sílio Itálico.

Com relação a Aymaro (melhor seria escrever Aimaro), que ocorre às p. 97, 147, 152, 300, 309, 430, 449 (duas vezes), 511 e 513, é incorreto chamá-lo de Alexandria, mas sim de Alessandria, cidade do Piemonte, no norte da Itália, em cujas proximidades se encontrava a abadia, palco dos acontecimentos descritos em *O nome da rosa*. Clemente (p. 159), este sim, era de Alexandria, no Egito. O adjetivo pátrio Augustoduniense (p. 41), para Honório d’Autun, deveria assumir a forma alatinada certa: Augustodunense.

Às p. 23, 250, 260, 406 e 558 aparece o nome de Giovanni de Gianduno. À primeira vista poderia ser tomado como nome de um italiano. Trata-se, porém, do francês João de Jandum (cidade das Ardenas), filósofo averroísta, que ensinou em Paris e obteve de João XXII o canonicato junto ao capítulo de Sensil.

À p. 156 há uma referência ao Padre João (it. Prete Gianni), que não é um Padre João qualquer, mas o próprio Preste João, discutido sacerdote-monarca, quiçá da Etiópia.

À p. 327 ocorre Vincenzo Belovacense que, saiba-se, outro não é senão o próprio enciclopedista dominicano Vicente de Beauvais.

Hugo de San Vittore (p. 101) é indubitavelmente Hughes de Saint Vitor, para os franceses, e Hugo de São Vitor para os leitores de fala portuguesa.

Alan das Ilhas (p. 38 e 375) estaria melhor sob a forma Alano, ou Alan des Iles (lat. Alanus Insularum ou ab Insulis).

Não encontra justificativa o Y no nome próprio Cypriano (p. 492), autor de uma *Coena*.

Apesar de os tradutores proporem que os nomes italianos sejam conservados em sua forma primitiva, encontramos à p. 375 frei Guilherme (e não Guglielmo) d'Alvernia; e Diotisalvi da Firenze (it. p. 481) passa a ser Deusteguarde de Firenze (p. 537); e, na mesma página, frate Paolo Millemosche torna-se frei Paulo Milmoscas.

Se traduziram (adaptando) Diotisalvi (Deusteguarde) e Millemosche (Milmoscas), por que não fizeram o mesmo com outros nomes que se prestam para tanto? Seria o caso de Nicola Morimondo (p. 108 e 545); Santa Morimonda (p. 486); Bonagrazia (p. 74, 80 e 44); Bentivenga (p. 75); Giovanni Boccadoro (p. 103); Frei Paulo Zoppo — coxo, manco, manquitola (p. 223); Frei Umile Custodio de Perugia (p. 388).

Encontramos, para o nome Boaventura (p. 230), também a forma Bonaventura (p. 68 e 334), o que constitui verdadeira incoerência no trato de nomes. Será que o nome Boaventura só cabe ao santo doutor da igreja católica, o franciscano e cardeal Boaventura de Bagnorea (it. Bonaventura da Bagnoregio)?

Há reparos a fazer acerca dos nomes de cinco Santos da igreja católica e de dois Apóstolos.

São Bento, fundador da ordem beneditina, aparece, constantemente, como São Benedito (it. Benedetto). Em se tratando de um livro que focaliza a vida de um mosteiro beneditino, deveria haver um mínimo de conhecimentos sobre o vocabulário e nomes da língua para a qual se traduz. Há quatro séculos existem mosteiros beneditinos no Brasil, e todos sabem o que são, ainda hoje em dia: rua de São Bento, largo de São Bento, mosteiro de São Bento, colégio de São Bento, FFCL de São Bento, Regra de São Bento, hábito de São Bento e, final-

mente, medalha (milagrosa) de São Bento. Não se compreende, então, que os tradutores brasileiros insistam no constante emprego de Benedito por Bento. Este é o santo fundador da ordem beneditina, enquanto aquele (de tez preta), conhecido como São Benedito de Palermo (Sicília), é venerado, no Brasil, supersticiosamente, como o Santo que “segura” as domésticas no emprego.

São Martin (p. 159) e São Martino (p. 233) estão por São Martinho. Giovanni Boccadoro (p. 118) é o próprio São João Crisóstomo (boca de ouro; al. *Goldmund*; esl. *zlatoustnik*), que Afonso X, o Sábio, em suas *Cantigas*, chama San Joan Boca-d'Ouro. Outro santo doutor da igreja oriental e escritor siríaco, que no texto italiano (p. 138) e português (p. 159) aparece como San Ephraim e São Ephraim, só poderia constar sob a forma Santo Efrém, levando em consideração que, em português, existe a regra que estabelece o uso de “São” antes de consoante e “Santo” antes de vogal. O mesmo valha também para São Estêvão (p. 476) que está em lugar de Santo Estêvão.

O Apóstolo São Tiago Maior (it. Giacomo ou Jacomo) aparece sob a forma Jacomo (duas vezes: p. 483 e 486) e São Jacomo Maior (p. 504). São Tomás (p. 504), evidentemente o Apóstolo, deveria constar sob a forma tradicionalmente aceita de São Tomé.

Os dias em *O nome da rosa* estão divididos segundo as oito horas canônicas do ofício divino, a saber: 1. matinas, 2. loas ou laudes (fem.), 3. prima, 4. terça ou terça, 5. sexta, 6. nona ou noa, 7. vésperas, 8. completas (ou completório). Duas delas, prima e terça, aparecem, na tradução, como primeira e terceira, incorretamente. Outras vezes diz-se: “logo depois dos laudes” (p. 35); “O tempo antes dos laudes” (p. 464); “Já era hora dos laudes” (p. 468). Acontece, porém, que laudes e loas são palavras do gênero feminino. Acerta-se, contudo, quando se diz: “as laudes do Senhor” (p. 46).

Caberia aos tradutores assessorarem-se por um monge beneditino, para a tradução de expressões litúrgicas e de termos que fazem parte da tradição monástica e da igreja. Aliás, na maioria dos casos, teria bastado compulsar qualquer bom dicionário de língua portuguesa ou de liturgia e Bíblia.

Com respeito à falta de familiaridade dos tradutores com a Bíblia, observe-se que: à p. 117 (it. 102) e 159 (it. 139) ocorre o termo *Eclesiaste* (sem o s final), querendo com isso os tradutores passar para o português o termo italiano *Ecclesiastico*, termo esse com que se denomina outro livro sagrado, que em português chamamos *Eclesiástico*, e que na igreja oriental era chamado, aliás com mais propriedade, *Sabedoria de Jesus, filho de Sirac*. Acerta-se, contudo, à p. 293 (duas vezes), ao empregar o termo *Eclesiastes*.

O título do primeiro livro do Pentateuco ocorre uma vez sob o nome de *Livro do Gênese* (p. 531) e duas vezes sob o nome *Gênesis* (p. 402 e 403). Estranha,

aqui, apenas a não uniformização do título para o mesmo livro, o que seria de todo natural.

A *Carta* do Apóstolo São Paulo aos *Galatas* (“le parole di Paolo ai Galati”, p. 226) passa a ser “palavras de Paulo aos *Galateus* (p. 260).

E o que não dizer dos nomes bíblicos? Lia (p. 483 e 484) passa a ser *Léa* (p. 26). Mas é o próprio Eco a levar ao erro, pois ele escreve: “Lea é sterile” (p. 23). Contudo, mesmo assim, uma correçãozinha não estaria mal.

Uma série de nomes bíblicos necessitam de correções ortográficas: assim, Enoch (p. 81) deveria ser substituído por Enoque; Ruth (p. 483), por Rute; Faraão (*sic!* p. 483, duas vezes), por Faraó; Ananai (p. 483), por Ananias. Esta última incorreção, porém, tem uma atenuante: é que na edição italiana (mesmo na segunda) lê-se Ananai mesmo; evidente gralha, que consiste, no caso, na troca de ordem das duas últimas letras AI, quando deveriam seguir-se na ordem inversa: IA; daí Ananai em vez de Anania (o nosso Ananias). A casta Susana torna-se Suzana (com Z — p. 483, 485 e 487). Isabel (p. 484), a esposa de Zacarias e mãe de São João Batista, aparece como Elisabeth (p. 484), só porque, em italiano, Isabel (port.) é Elisabetta. Jefté (p. 484) aparece sem o devido acento. E, finalmente, Abimelek (p. 486), em vez de Abimeleque.

Voltemos, a seguir, a uns cochilos que revelam o despreparo dos tradutores em assuntos de vida monástica e liturgia. P. 52: “. . . duplo mandamento do trabalho e da *prece*, . . .” Levando em conta o lema da ordem beneditina: “ora et labora”, seria melhor dizer: “mandamento do trabalho e da *oração*”. P. 65: “. . . de um convento de *minoristas*?”. Diz-se *menotitas* (e não *minoristas*) aos religiosos franciscanos que perfazem o primeiro grupo (dos três) da Ordem Primeira de São Francisco de Assis. P. 67: “. . . um monge *cistercense*. . .” *Cisterciense* (e não *cistercense*), i.é, religioso da Ordem Cistercense (de Cister), organizada por São Bernardo (1090-1153). P. 84: “Sabes como são esses irmãos *laicos*.” P. 203: “. . . os privilégios dos *laicos* que falam em vulgar.” *Laico*, em português, corresponde a *leigo* (i.é, irmão leigo), e designa o religioso não ordenado sacerdote. P. 459 *et passim* ocorre o termo *despenseiro* (*it. cellario*). Nos conventos beneditinos, ainda hoje, há um monge com a função de *celereiro* (e não *despenseiro*). P. 169: “. . . o *paramento* do altar e mais três *panejamentos* que o coroavam. . .” Ital.: “. . . il *paliotto* e altri tre *pannelli* che gli facevano corona” (p. 147). Acontece que *paliotto* não é *paramento*, mas sim frontal ou antepêndio; e *pannelli* não são *panejamentos*, mas painéis, i.é, as sacras, que são três quadros, impressos ou manuscritos, que se colocavam na mesa do altar apoiados na banquetta. Continham certas orações que deviam ser ditas de cor pelo celebrante durante a missa; serviam para, no caso de um esquecimento, auxiliar a memória do celebrante. P. 147: “. . . uma quantidade de vasos sagrados, cálices, *pátenas*. . .” Inútil insistir que há a forma dicionarizada “pátena”. É tradição da igreja e da liturgia dizer-se “patena” e nunca e em lugar nenhum “pátena”. P. 464: “. . . era

preciso preparar-se para a *grande missa* natalina.” *La grande messa* (it.) quer dizer “missa solene” (cf. al. *Hochamt*; esl. *velika mása*; fr. *grande messe*). P. 464: “. . . provando a *harmonização* da comunidade inteira na execução de alguns cantos. . .” O termo italiano *afiatamento* (p. 414) quer dizer “conjunto da respiração ou do fôlego”, necessários na execução do canto gregoriano. P. 464: “. . . uma série de vocalises e *melismos*, . . .” *Melisma* (pl. *i melismi*) corresponde ao termo português “melisma” (s. masc.), e não *melismo*.

Vejamos, agora, como os tradutores são incoerentes no trato dos topônimos. Se de um lado são constantes as formas Avignon (it. Avignone) e Lyon (it. Lione), em vez da forma aportuguesada Avinhão e Lião, escrevem, por outro, Colônia (p. 478), e não Koeln; Pádua (p. 386 *et passim*) e não Padova; Florença, e não Firenze; Bolonha, e não Bologna. Em vista disso, Toulouse (p. 385 e 359) poderia dar-se sob a forma Tolosa, e Bamberg (p. 57), por Bamberga. Erram, deixando a denominação italiana Strasburgo (p. 57) em vez de empregar Estrasburgo (port.), ou Strasbourg (fr.), ou Strassburg (al.). Encontramos, à p. 12, Salzburgo (it.), por Salisburgo (port.) ou Salzburg (al.); e, ainda, Frankfurt, em vez de Francforte (port.). À p. 41, 52 e 92 encontramos São Gallo (com dois L), que seria a célebre abadia de Sankt Gallen (al.), ou Saint Gall (fr.), fundada por São Galo, discípulo de São Columbano. Há três referências ao concílio de Viena (1311-1312), cidade nas margens do rio Ródano: em duas (p. 71 e 387) se alude ao concílio de Vienne; noutra (p. 52), ao concílio de Viena. À p. 444 encontramos Marselha, em vez de Marseille; mas escreve-se Vercelli (p. 270), em vez de Verceles; e sempre Perúgia (com acento), em vez de Perúsia. Atente-se à seguinte passagem: “(“Ubertino” muito humano e jovial em sua natureza terrestre de homem das *Romagne*. . .)” (p. 334). *Romagne*, aqui, é o plural de *Romagna* (port. Romanha), região histórica da Itália, atualmente incluída na Emilia-Romagna. Explica-se o plural *Romagne* em virtude de sua divisão em R. central, R. inferior e R. superior. Em português, o correto seria: “homem das Romanhas”. Psídia (p. 456), em vez de Pisídia, é evidente erro tipográfico. Observem-se as passagens seguintes: “. . . na Provença e *Língua d’Oc* (p. 57). “. . . nalguma floresta da *Langue d’Oc* (p. 459). O topônimo *Linguadoca* (it.) corresponde a *Languedoc* (s. masc), região do sul da França, a qual tira seu nome da forma que aí assume o advérbio de afirmação (*oc* = sim). *Língua d’Oc* (melhor *Língua de oc*) e *Langue d’Oc* designam não já a aludida região, mas sim a língua nela falada, em oposição a *langue d’oil* (língua de oil). O correto seria escrever-se, em ambos os casos, *Languedoc* (it. Linguadoca).

E o que dizer de tolos erros gramaticais que acabam prejudicando a qualidade literária do texto brasileiro? Quem quer escrever na língua culta-padrão não tem o direito de ignorá-la ou deteriorá-la por descuido ou desprezo às normas. P. 67: “a ordem estava assumindo os modos daquelas instituições eclesiásticas para cuja reforma *ele* tinha nascido”. O pronome “ele” deveria ser substituído por “ela” (i.é, a ordem). P. 75: “Não, Guilherme, não *toque*. . .”.

Deveria estar “não toques”, visto que o interlocutor trata a Guilherme na segunda pessoa do singular (tu). P. 81: “Nunca sei quando *vocês* ingleses falam sério... Trata-se da sobrevivência da ordem, que é a *tua*.” P. 117: “... e percebi que para outras comidas não *se usava* (em vez de *usavam*) gorduras de animais.” P. 238: “E assim eliminam a diferença que torna *insubstituível* (em vez de *insubstituíveis*) os clérigos.” P. 253: “Vê que em correspondência a cada torre *devem haver* (em vez de *deve haver*) duas salas.” P. 526: “... no deserto silencioso onde nunca *se viu* (em vez de *viram*) diferenças.” P. 152: “Não *acreditai* (em vez de *acrediteis*) ...” P. 162: “Tenho a impressão de que o *sabem* (em vez de *saibam*)...” Na passagem seguinte, a locução italiana “tra queste mura”, que ocorre duas vezes em seguida, é traduzida uma vez erradamente (*dentre*), e outra corretamente (*entre*): “... e o que aconteceu *dentre estes muros*, enquanto o que aconteceu *entre* estes muros, outra coisa não encobre senão as vicissitudes...” (p. 453). P. 503: “A chave é outra, e pensei que vós o *soubestes*” (em vez de *soubésseis* ou *imaginásseis*).

Sobre a colocação dos pronomes, levando em conta o que os tradutores escreveram a respeito no já aludido artigo do *Jornal da Tarde*, nada se objetará. Questiona-se apenas se é correto dizer-se: “Como atrevia-se a dizer Bêncio...” (p. 165); “... onde haviam-se reunido os inquisidores, ...” (p. 275); “... aquela inquietação que tinha-me tomado na igreja” (p. 278).

O próximo enfoque constará do arrolamento de uma série de senões ocorrentes ao longo da obra traduzida e que revelam a falta de conhecimentos básicos em questões ligadas à filosofia, escatologia cristã, ordens mendicantes, vida monástica, terminologia eclesiástica e bíblica, e, não por último, domínio da própria língua italiana. P. 12: “... o meu *sodalício* de viagem interrompeu-se...” Aqui, a palavra italiana “sodalizio” deveria ser traduzida por “companhia”. P. 28: “... substâncias *amarelas* que tocara no *hospital*...” “Giallastro” (it.) quer dizer “amarelado”, “amarelento” e não *amarelo* (it. *giallo*). “Ospedale” (it.) não é *hospital* (nosocômio), mas sim “hospedaria”. Essa última palavra se repete inúmeras vezes com o mesmo sentido. P. 60: “... concórdia de vozes *dissímiles* entre si, ...” O plural de “dissimil” é “dissímeis” e não *dissímiles*. P. 62: “... *lância* desesperada da exclusão.” Traduziu-se *landa* (it.) por *lância*, que não existe nos dicionários. O termo italiano “landa” corresponde ao nosso “descampado”. P. 70: “... bula, *Firma cautela*, em que condenava com um único golpe *bizoques*, andarilhos e *esmoleres*...” Confira-se o texto italiano: “... *bolla, Firma cautela*, com cui condannava in un sol colpo *bizochi, girovagli questuanti*...” (p. 59). “Bizoco”, em italiano, indica: quem ostenta vida espiritual e devota. *Bizoque*, em português, é um mamífero primata, o sauá, que vive em bando e faz grande alarido nas matas. “Questuante” corresponde ao nosso “pedinte”, “esmoleiro”, e não *esmoler*, que é outra coisa. O *esmoler* distribui esmolas, enquanto o “esmoleiro” coleta, perambulando, esmolas. O correto seria dizer-se: “... condenava com um único golpe os *falsos devotos, os esmoleiros ambulantes*...” P. 83:

“Nada que seja *pretextuoso* é santo.” Forjou-se, sobre o adjetivo italiano *pretextuoso*, o adjetivo português *pretextuoso*, de difícil interpretação e ainda não dicionarizado. P. 85: “... que cuidava dos *banhos*.” No texto italiano: “... , che curava dei *balnea*” (p. 73). Por que não se deixou a palavra *balnea* (pl. de *balneum*) como consta no original? De resto, não traduziram *scriptorium*, *scriptoria*, *idolum*, *ludi*, *exempla*, *nugae*, que é o certo. P. 87: “e debes *restringir* as tuas vísceras com um *empastro* de salmoura e mostarda.” Veja-se o texto italiano: “e devi *registringere* le tue viscere con jun *impasto* di salmoia e senape” (p. 74). Aqui os tradutores não perceberam o efeito da receita, nem o modo de aplicá-la a um monge diarréico, simplesmente porque: primeiro, confundiram *restringere* com *ristringere*; segundo, não distinguiram *impasto* de *impiastro* (emplastro, cataplasma). O *impasto* (empaste) teria efeito adstringente ou estíptico; remédio ingerível, portanto, e não de uso externo, aplicativo, como o *emplastro* (cataplasma, emplastro). P. 88: “... a regra do silêncio, que parece *vigir*...” Empregou-se, curiosamente, *vigir* em vez de *viger* (= vigorar). P. 100: “... até a *consumpção* dos tempos.” Na linguagem escatológica cristã, diz-se “*consumação* dos tempos”. P. 107: “... , o terreno *degradava* vertiginosamente...” O italiano *digradava* corresponde ao nosso “declinava”, “descia”. P. 107: “... o muro oriental se inclinava para o *meridião*.” Há, em português, o termo “setentrião” (norte), mas não *meridião* (sul). P. 110: “... para que o *ânimo*, — ... se dispusesse melhor...” O sentido da frase exige o emprego *alma*, em vez de “ânimo”. P. 115: “Os servos voltavam-se às suas *ocupações*...” *Mansione* quer dizer “casa” (mansão) e não “ocupação”, “ofício”. P. 132: “*Prata viva*, ressuscita os mortos, ...” *Ariento vivo* (p. 115), evidente arcaísmo (por *argento vivo*), designação vulgar do mercúrio (port. *argento vivo*, *prata viva*, *azougue*), poderia ser traduzido por *argento vivo* (antiga linguagem farmacêutica), mais de acordo com *ariento vivo*, empregado por Umberto Eco. P. 135: “... , mas o tom *alusivo* (it. *elusivo*) dos que tinham aludido àquela amizade.” Traduziu-se *elusivo* (it.) por *alusivo*. O termo italiano *elusivo* deveria traduzir-se por “esquivo”, “reticente”, “evasivo”. P. 147: “É a misericórdia do Abade que *pensará* em dar aos filhos de Deus!” *Pensarci*, em italiano, quer dizer “encarregar-se”, e não “pensar em”. P. 154, 161 e 252: empregou-se a palavra *estilo* (it. *stile*), em vez de “estilete” (instrumento para escrever). P. 168: “*Vai à cozinha* na hora do almoço, arranja um (lume)...” *Gira in cucina* quer dizer: “*Dá uma volta* na cozinha...” P. 186: “... , demos ainda um pequeno passeio pelo claustro, para dissolver os *fumos* (it. *fumi*) do sono...” *Il fumo* (pl. *fumi*) corresponde a “fumaça” e não a “fumo”. P. 188: “... práticas de *nicromancia*,...” *Negromanzia*, em português, diz-se “necromancia” ou “nigromancia”. P. 218: “Era a hora do *pasto* matutino.” P. 532: “No fim do *pasto*.” Melhor, sem dúvida, seria: “Era a hora da *refeição da manhã*.” “No fim da *refeição*.” P. 223: “E ouvira de frei Paulo *Zoppo* que, na floresta de Rieti, vivia num *ermitério* (it. *romitorio*)...” *Zoppo* quer dizer: coxo, manco, manquitola; e *romitorio* estaria melhor traduzido

senhor como se chamam todas essas *risie*...” *Risie* nada mais é do que a forma aferética italiana de *eresie* (heresias), talvez nalgum dialeto, reduzida a *risie*. Em português, poderíamos, muito bem, escrever “resias” ou “risias”. P. 428: “Talvez seja uso desta abadia *perseguir* as relíquias dos hereges queimados?” *Dar la caccia* ou *dar caccia* corresponde a “procurar”, “coleccionar”. P. 450: “. . . , para que o mesmo *padre* comum pudesse falar. . .” O contexto exige aqui o emprego de “pai” (pai comum, i.é., abade). P. 455: “. . . o dom do *pranto*. . .” Evidente alusão à falta das oito Bem-aventuranças, por isso seria mais condizente dizer-se “dom das lágrimas” (*beati qui lugent*). P. 456: “. . . então aparecerá *abomínio* e desolação.” Em consonância com *Daniel* 9,27; I *Macabeus* 1,57 e *Mateus* 24,15, melhor seria dizer-se “abominação” (e desolação). P. 464: “. . . para exprimir a alegria, a dor, a *louvação*. . .” E por que não “louvação”? P. 467: “Eu nunca afirmei ter *assegurado* à justiça todos os iníquos. . .” *Assicurare* quer dizer, no caso, “entregar”, “confiar”. P. 481: “. . . dançavam ao redor do *pau da cocanha*.” *Albero della coccagna* corresponde ao nosso “mastro-de-cocanha” ou, mais popularmente, “pau-de-sebo”. P. 482: “Sao ko akelas terras para akeles fins ke kem kontem, trinta anos as possuis parte sancti Benedicti.” No original: “Sao ko kelle terre per kelle fini ke ki kontene, trenta anni le possette parte sancti Benedicti” (p. 431). Trata-se, no caso, de uma das quatro fórmulas testimoniais da Campânia, e precisamente da primeira, de Capua, que data de março de 960. Conservam-se no arquivo da abadia de Montecassino. Por se tratar do segundo documento do romance italiano, os tradutores deveriam ter deixado o texto original, e não estropiá-lo ainda mais, sem sentido nem nexos algum. Eis a tradução: “Eu sei que aquelas terras, dentro dos limites que aqui (no documento) constam, as possuía a parte de São Bento (o mosteiro de São Bento).” Assim como se respeitou a integridade das passagens latinas, e que não são poucas, do mesmo modo deveriam ficar inalteradas as passagens em vulgar romance constantes às p. 64, 65, 147, 310, 311, 353 e 426. P. 503: “. . . está pensando nalgum acontecimento que *tomou* em confissão.” A locução italiana “di cui ha appreso in confessione” corresponde a: “de que soube em confissão”, ou, “do qual tomou conhecimento na confissão”. P. 504: “. . . que os lapidadores da tradição traduziram do *rationale* de Araão. . .” O correto seria “racional”, i.é., o “racional do juízo” a que se faz alusão em *Êxodo* 28, 15-28 e 39, 12. P. 505: “. . . o ônix (significa) os *poderes*. . .” Tratando-se da sexta hierarquia dos anjos, o termo mais apropriado para expressá-la é “Potestades”, e não *poderes*. P. 508: “. . . , *ousei*, queimado, em tom de *reprovação*. . .” It.: “. . .azzardai, piccato, in tono de rimprovero. . .” *Azzardare* significa “arriscar”, e não “ousar”; e “rimprovero” se traduz por “repreensão”. P. 532: “Primeiro olhávos para o céu, *dignando* de um olhar agastado a lama. . .” “Degnare di uno sguardo la melma” corresponde, mais exatamente, a “julgar digna de um olhar a lama”. Conseqüentemente, a tradução *dignando de um olhar agastado a lama* é incorreta, pois, em português, só se diz “dignar-se de” ou “dignar-se” com o infinitivo. P. 459: “Quem sabe, talvez

acabe *degolado* nalguma floresta...” O texto italiano diz: “Chissà, forse finirà *tagliagole in qualche* floresta...” (p. 408). Acontece que *tagliagole* quer dizer “cortador-de-pescoços”, “assaltante assassino”.

E, finalmente, para chegar ao término desse elenco de tropeços, que ainda não são todos, pois deixei de expô-los para não me alongar em demasia, se atinge o fecho de *O nome da rosa*, que consiste num verso hexâmetro datílico, extraído da obra *De contemptu mundi*, de Bernardo de Morlas (Morliacense). O verso, aliás, é correto em seus termos e grafia. Sim, porque as inúmeras passagens latinas que recheiam o livro estão eivadas de erros, que podem ser encontrados na p. 28 (3 erros), 38 (2 erros), 69, 76 (2 erros), 95, 127 (2 erros), 158, 159 (2 erros), 203, 216, 273 e 490, para citar só alguns. Há também incorreções em termos herbolários, antropônimos e topônimos, além dos já abordados. Nem faltam inobservâncias às normas gramaticais vigentes, afora as já aludidas: tudo a exigir uma releitura mais demorada e criteriosa da tradução a correr em sua primeira versão.

É sabido que a crítica encomiástica que pululou incontida saíra, como sói acontecer no “hospital das Letras”, se não por encomenda, certamente de alguém que leu essa obra de Eco em tradução brasileira, sem a necessária acribia, e total despreparo.

Causa deveras espécie o fato de se ter chegado à vigésima-quinta reimpressão da tradução, sem que o editor, os tradutores e os revisores tivessem descoberto as deficiências, ou parte delas, ora apontadas. Como também revolta que a editora Record, que se incumbiu de uma edição popular, nada mais tenha feito do que reimprimir, quase fotostaticamente, o mesmo texto que correu durante vinte e cinco reimpressões sucessivas, sem correção alguma, sob a responsabilidade da Editora Nova Fronteira.

Stat rosa pristina nomine: nomina nuda tenemus. — A rosa de que se falou, ela existe só de nome; pois, o que temos são meros nomes.

FONDA, E.A. — The Brazilian translation of *The name of the Rose*, by Umberto Eco. *Alfa*, São Paulo, 30/31:95/105, 1986/1987.

ABSTRACT: This paper, a critical analysis of the Brazilian translation of Eco's Il nome della rosa, intends to emphasize the translator's responsibility as well as his obligation of mastering not only the languages involved, but also the specific subjects dealt with in the text to be translated.

KEY-WORDS: Translation; textual criticism; literature.
